



Faculdade de Direito da UFMG

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

Versão Curricular: 2022/2

Código e Nome da disciplina: DIP057 TÓPICOS EM DIREITO ADMINISTRATIVO
A - Compliance e Administração Pública

Tipo: () Obrigatória (x) Optativa

Carga horária: 60 horas/aula

Créditos: 4

Período: não se aplica

Pré-requisitos/conhecimentos prévios: Direito Administrativo I e II

Ementa

Conceito, origem e evolução do compliance e sua transposição do setor privado para a Administração Pública (public compliance). Princípios constitucionais administrativos e a cultura de integridade. Governança pública, gestão de riscos e controle interno e externo. Marcos regulatórios nacionais e internacionais de combate à corrupção. Instrumentos do programa de integridade pública. Contratações públicas e a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). Responsabilização da pessoa jurídica e acordos de leniência.

Unidades de Ensino

• Unidade 1

Introdução ao Compliance. Marcos Normativos Nacionais e Internacionais. Governança Pública e Gestão de Riscos. Pilares de um Programa de Integridade. Compliance nas Contratações Públicas. Responsabilização e Acordos de Leniência.

Bibliografia básica

BERGAMINI, José Carlos Loitey. Compliance na Administração Pública: teoria e prática. Florianópolis: Habitus, 2023.

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de; ZILLOTTO, Mirela Miró. Compliance nas contratações públicas: exigência e critérios normativos. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

MIRANDA, Rodrigo Fontenelle de A. Implementando a gestão de riscos no setor público. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

ZENKER, Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. Compliance no setor público. Belo Horizonte: Fórum, 2020.



Faculdade de Direito da UFMG

Bibliografia complementar

ARAÚJO, Valter Shuenquener de; SANTOS, Bruna de Brito André dos; XAVIER, Leonardo Vieira. Compliance na administração pública brasileira. A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, v. 19, n. 77, p. 247–272, 2019. Disponível em: <https://revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1176>.

BLOK, Marcella. Compliance e Governança Corporativa. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023.

CARNEIRO, Claudio; SANTOS JUNIOR, Milton de Castro. Compliance e Boa Governança: Pública e Privada. Curitiba: Juruá, 2018.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 40. ed. São Paulo: Atlas, 2026.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). Manual para Implementação de Programas de Integridade: orientações para o setor público. Brasília: CGU, 2017. Disponível em:

https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual_profip.pdf.

FORTINI, Cristiana e MOTTA, Fabricio. Corrupção nas licitações e contratações públicas: sinais de alerta segundo a transparência internacional. Revista de Direito Administrativo e Constitucional - A&C. Belo Horizonte, ano 16, n.64, abr./jun. Disponível em: <https://revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/240>.

PINHEIRO, Carolina da Rosa (coord.). Compliance - Entre a Teoria e a Prática. Foco, 2022.

VAZ, Thiago; MASTRODI, Josué. O compliance na Administração Pública: a realidade brasileira submetida a normas de integridade. Revista do Direito Público, Londrina, v. 16, n. 2, p. 64-89, ago. 2021. DOI: 10.5433/24157-108104-1.2021v16n2p. 64.

VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. Governança, Gestão de Riscos e Integridade. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4281>.